

Jornalismo e imaginário internacional sobre o Mercosul

Margarethe Born Steinberger-Elias

Resumo

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo na área da Geopolítica da Cultura sobre o papel do jornalismo na formação do imaginário internacional. Parto da hipótese de que o noticiário interfere, através de seu poder de configurar nosso imaginário, na construção de percepções muitas vezes equivocadas acerca de nossa identidade como latino-americanos. Jornais, rádios e televisões contribuem, assim, para configurar uma espécie de geopolítica fora do lugar, mediada por categorias de conhecimento instituídas pelas agências internacionais. Nesse trabalho, através de uma análise preliminar de excertos da mídia impressa, mostro como isso se dá no âmbito do Mercosul.

Palavras-chave:

Jornalismo; imaginário internacional; geopolítica da cultura; Mercosul

Abstract

This research is part of a project in cultural geopolitics about the journalism role in the formation of knowledge on international accounts. The main assumption is that news help to construct incorrect perceptions about Latin-American identities. Newspapers, radio and TV stations facilitate the configuration of an inconsistent geopolitics mediated by knowledge categories built by international news agencies. This study shows how this process takes place in the Mercosul sphere of influence.

Keywords:

Journalism, international knowledge, cultural geopolitics, Mercosul

1. Imaginário internacional e Geopolítica da Cultura

A América é a terra da oportunidade, do progresso e da livre iniciativa. A África é um continente de miséria, subnutrição e endemias. O Brasil é um território de florestas, índios selvagens e serpentes, mas também é terra de samba e futebol. Os ingleses são fleugmáticos, os latinos são expansivos. Generalizações como estas ajudam a caracterizar de forma intuitiva o conceito de “imaginário internacional” a respeito de uma região, um país, um território ou um povo.

O que tais formulações têm em comum? Em primeiro lugar, elas são apresentadas como retratos completos do todo de cada um desses lugares ou povos, e não como traços ou aspectos parciais. Em segundo lugar, elas estão sendo produzidas a partir de lugares ou pontos de vista exteriores a essas sociedades e tomados como capazes de apreendê-las em seu todo.

É também a partir desse exterior que a identidade de cada um dos elementos (por exemplo, América, África, Brasil, ingleses, latinos) é estabelecida como reconhecível a priori. Ou seja, aos elementos correspondem entidades cuja existência e modo de ser são assumidos com precedentes a qualquer descrição. Por esse meio, a descrição pode ser tomada como neutra e objetiva. Além disso, os fatores de categorização são escolhidos arbitrariamente, por exemplo, num modo geográfico (países, continentes, nacionalidades), num modo etnográfico (índios selvagens), num modo liberal (terra da livre iniciativa), num modo capitalista (terra da oportunidade, do progresso), etc.

Na sociedade em que tais enunciados

“Generalizações como estas ajudam a caracterizar de forma intuitiva o conceito de ‘imaginário internacional’ a respeito de uma região, um país, um território ou um povo.”

são produzidos, é preciso pensar qual o seu impacto, isto é, o que eles fazem (por exemplo, se estimulam preconceitos), que elementos e relações eles contribuem para instituir. É preciso pensar também sobre a automatização que eles reforçam de estereótipos e clichês que eventualmente já existem, e também de que maneira os problemas sociais são afetados ou agravados através desses modos de dizer. Tais modos têm o poder de instituir campos conflituais (por exemplo, África miserável, América progressista), e de demarcar lugares sociais equivocados (por exemplo, o de um observador externo e “neutro”).

Na sociedade em que tais enunciados são produzidos, é preciso pensar nas contradições que estão na fonte desse Dizer, nos poderes e valores que ele institui e destitui, no seu potencial de separar e reunir grupos de “nós” e “outros”, definindo identidades e auto-imagens. É preciso pensar também qual o seu estatuto, até que ponto são ficções, se têm algum suporte funcional na sociedade em que serão ouvidos, se há uma rede de cidadãos a ser “informados” através de tais enunciados. Tal “informação” pode, inclusive, ter-se tornado anacrônica, dependendo do estado de coisas e da ordem do mundo no tempo da sua enunciação.

Situo a pesquisa de todas essas questões no campo da Geopolítica da Cultura, que se ocupa das tecnologias culturais capazes de segmentar contínuos de experiência (em fatos históricos, fatos jornalísticos, etc) e, pela partilha desse meio, constituir comunidades interpretativas.

O conceito de “imaginário internacional”

(Astorga, 2000; Steinberger, 2003) refere-se a imagens dos meios de comunicação sobre países estrangeiros e a realidade internacional. Na sugestão de Astorga, tais imagens devem ser contrastadas com “ideias e imágenes al interior del individuo” e motivariam estudo de Psicologia Social, identificando-se com “estereotipos, reputaciones, imputaciones, creencias, prejuicios”. Temos preferido usá-lo, sob inspiração de Castoriadis, como substância do campo das práticas sociais a partir das quais instituem-se discursivamente categorias geopolíticas tais como “países”, “nações”, “comunidades”, “culturas”, “blocos”, etc.

Assumimos que o conceito de Mercosul como bloco geopolítico é instituído no/pelo campo simbólico do imaginário internacional através de fluxos discursivos. Numa perspectiva histórica, o Mercosul ocupa parcialmente o espaço do sonho bolivariano de integração latino-americana. Na nossa ordem geopolítica continental, essa integração se produz mediante discursos de cumplicidade precária entre latino-americanos vis-à-vis um perigo social maior da dominação que sobreviria dos poderosos do hemisfério norte.

O conceito de “ordem geopolítica” aplica-se a um determinado estado de coisas estabelecido através de uma rede de ações e relações espacialmente projetada para a distribuição de poder. No conceito tradicional, uma ordem geopolítica é um estado de distribuição de poder que gera uma certa correlação de forças entre Estados nacionais, daí também ser chamada de “ordem internacional”. No conceito de uma Geopolítica da Cultura (Steinberger, 2003), que é

uma geopolítica inserida no espaço simbólico, a distribuição de poder faz-se através do Dizer (discursos) e do Fazer (práticas sociais).

Os discursos geopolíticos são modos de instituir estados de coisas e refletem a rede de ações e relações mediante as quais tais estados foram produzidos. Em sua dimensão diacrônica, o conceito de Geopolítica da Cultura refere-se aos modos como, ao longo da História, ordens geopolíticas têm sido descritas, interpretadas e instituídas através de discursos religiosos, científicos, jornalísticos, etc. Em sua dimensão sincrônica, refere-se aos modos como uma Geografia cultural dos discursos e das práticas organiza os espaços simbólicos.³

No campo da ação social, pós-modernamente, o conceito de “geopolítica” vem sendo usado cada vez mais nessa referência a campos simbólicos, a partir de uma reconceitualização de “espaço” como um produto de fluxos de atividade econômica, social, cultural, informacional (Santos, 1978). É nessa perspectiva que faremos aqui o seu uso, considerando a circulação de dizeres e fazeres constitutivos do campo simbólico mercosulino tal como apresentado por mídias jornalísticas.

Para investigar a relação de mútua configuração entre mídias jornalísticas e imaginário internacional, tomamos a teoria da instituição imaginária das sociedades (Castoriadis, 1975)⁴ como ponto de partida. Que fluxos do Dizer e do Fazer tais mídias instituem? Que significações imaginárias sociais elas têm o poder de legitimar como modo de ser das situações e das relações? Como o imaginário das organizações do

³ Note-se que a distinção entre discursos e práticas sociais é meramente operacional, já que todo Dizer, faz e já que todo Fazer, diz. (cf. Steinberger, 2003, a partir dos estudos da Pragmática)

⁴ Castoriadis é um pensador socialista de origem grega radicado na França desde o fim da Segunda Guerra. Fundou junto com Claude Lefort (que lecionou na USP nos anos sessenta) a revista *Socialismo ou Barbárie*, que se tornou uma referência na discussão mais avançada dos temas socialistas mundiais até seu fechamento em 1966. As linhas-mestras de sua teoria do imaginário social são de extração marxiana, filtrada por leituras de Lukács e Gramsci. Seu ponto de partida é a recusa de um conceito passivo de “superestrutura” por oposição ao conceito ativo de “infraestrutura”.

mundo geopolítico, através de suas instituições (governamentais, diplomáticas, empresariais, sindicais, educacionais, etc), intervém nas práticas jornalísticas?

2. O Dizer e o Fazer nas lógicas identitárias

O projeto teórico de Castoriadis é a revolução pelo imaginário social. A fabricação de um novo homem e uma nova identidade construída a partir de um novo sistema de significações sociais imaginárias. Ele critica a instituição de um mundo de significações pela dimensão identitária. Na lógica identitária, “a sociedade é pensada como conjunto de elementos distintos e definidos, referindo-se uns aos outros por relações bem determinadas.” Quaisquer que sejam esses elementos e relações, sua existência e seu modo de ser foram previamente estabelecidos a partir de outro lugar ou outro ponto de vista, exterior à sociedade.

“Não existem lugar e ponto de vista exteriores à história e à sociedade, ou “lógica-mente anteriores” a estas, onde pudessemos nos situar para fazer sua teoria – inspecioná-las, contemplá-las, afirmar a necessidade determinada de seu ser-assim, “constituí-las”, relexionar ou refleti-las em sua totalidade. Todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento, qualquer que seja ele qualquer que seja seu “objeto”, é apenas um modo e uma forma do fazer sócio-histórico.” (1975: 13)

Na lógica identitária do Dizer social, os objetos e as ações precedem a sua descrição e a descrição das relações que os vinculam. A lógica do Dizer nos obriga, para falar de um conjunto, a distinguir-escolher-estabelecer-juntar-contar-dizer objetos. É

“Na lógica identitária, a sociedade é pensada como conjunto de elementos distintos e definidos, referindo-se uns aos outros por relações bem determinadas.”

preciso dispor do esquema da separação (ou da discreção) e do produto que ele já pressupõe – o termo ou elemento (p.262). Ou seja, a aplicação do esquema de separação pressupõe que ele já foi aplicado.

Isso vale também para os esquemas de reunião e de decomposição, evidenciando uma “reflexividade objetiva da teoria dos conjuntos e da lógica identitária.” Outras conseqüências dessa definição: elementos reunidos em um conjunto diferenciam-se de elementos reunidos em outro conjunto, o que os identifica não mais como elementos, mas como elementos enquanto incluídos num conjunto e não no outro.

Sua designação, portanto, passa a incorporar o “estar incluído em um conjunto determinado”, isto é, um conjunto definido por uma “propriedade, atributo, predicado” que é comum a todos os seus elementos. Se tal predicado for tomado “de uma maneira qualquer” como ponto de partida, “ele permite colocar juntos os elementos que afeta”.

Estabelece-se assim uma “equivalência operacional” entre propriedade-conjunto e predicado-elemento. E a iteração ou repetição dos esquemas de separação ou reunião sobre os conjuntos formados produz uma hierarquia que funda o esquema da ordem. Esse Dizer “conjuntizante e identitário” irá fundamentar a “decisão ontológica sobre aquilo que é e a maneira pela qual é”. Por exemplo, a conjuntização apóia-se em parte no fato de que aquilo que ela encontra diante de si é, pelo menos em parte, conjuntizável (p.265).

Na lógica identitária do Fazer social, somos levados a juntar-ajustar-fabricar-construir. É a ação estruturada, organi-

zada, formatada, por oposição ao magma do não-factível (o que não é ou pode ser tomado como fazer em uma sociedade). Castoriadis diz que “as sociedades neo-líticas fabricaram o boi e o cavalo” na medida que lhes atribuíram um valor instrumental, um sentido instrumental. E’ esse aspecto que o faz pensar que, no neolítico, “a pedra foi instituída como instrumento”, isto é, “passou a valer como instrumento” (p.304).

Da mesma forma, diz ele, “é preciso que a sociedade se fabrique e se diga para poder fabricar e dizer”. O modo de ser de uma sociedade é um modo de ser instituído, não é natural, implica já o Dizer e o Fazer. “A sociedade não pode instituir-se sem se instituir como algo; e esse algo já é significação imaginária” (p.310). A ontologia não é independente de uma fabricação, mas também não é o produto do determinismo da História ou do Imaginário (1975: 370). Todo dizer é metonímico, nunca esgota a “coisa” sobre a qual se fala. Só pode haver um dizer sobre x enquanto seu aspecto y. Nunca haverá um dizer pleno sobre x.

Os discursos jornalísticos sobre o Mercosul são incompletos, já que não esgotam a entidade que constituem. Ainda assim, na véspera do 1 de janeiro de 1995, quando os quatro países integrantes firmaram o acordo de união aduaneira⁵, a manchete da *Folha de S. Paulo* foi “Nasce o quarto maior bloco econômico do mundo”. E na abertura do texto do jornalista Clovis Rossi, o termo “mundo” foi substituído por “planeta”, comparando-se ao Nafta e à União Européia. Mais adiante, no entanto, as ressalvas: “O termo Mercado Comum é impróprio porque o Mercosul está longe de

uma integração tão completa. Sequer chega a ser uma união aduaneira perfeita.”.

O jornalista da *Folha* diz que “Apesar das imperfeições, trata-se de um passo gigantesco e rápido. Há apenas dez anos Brasil e Argentina iniciaram negociações para a integração mútua. Os outros dois países aderiram logo depois.” Imperfeições tomando quem como comparação? “Os êxitos do Mercosul ganharam a chancela da única união aduaneira já estabelecida no planeta, a União Européia. Documento estratégico (...) afirma: o Mercosul aparece como novo pólo de crescimento em escala mundial(...)” (Folha, 31/12/94).

3. Imaginários identitários nacionais e práxis jornalística

Como superar uma lógica identitária constituída a partir desse ponto de vista exterior e sobre uma pretensa totalidade? No mundo histórico e no mundo jornalístico, as lógicas identitárias são necessárias, mas não suficientes. Castoriadis propõe uma lógica alternativa – a da práxis. Ali “as significações não são um conjunto; seu modo de ser é outro, é o de um magma” (1975: 399). Embora o “magma” seja uma base para construir conjuntos, ele não se reconstitui composicionalmente por seus elementos. Ou seja, o “magma” é um todo que não se equivale ao conjunto de partes.

Essa é uma forma interessante de compreender o imaginário do Jornalismo internacional sobre o Mercosul. Assim como o bloco, integrado por quatro países – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – é mais do que a soma dos países-membros, também o imaginário sobre o bloco não se confunde com os imaginários nacionais que se refe-

⁵ O bloco foi criado em 1991. A proposta da Alca (Associação de Livre Comércio das Américas, reunindo os países do continente à exceção de Cuba sob a liderança comercial norte-americana) surge em 1994. O acordo setorial de união aduaneira firmado em 31/12/94 é o primeiro passo para pôr em prática um projeto de Mercosul que, até então, figurava apenas em discurso.

rem a cada país-membro isoladamente. Assim, o imaginário internacional que se produz jornalisticamente a respeito desse bloco não pode ser identificado ao conjunto de imagens sociais jornalisticamente produzidas para cada um dos países-membros no noticiário internacional.

O imaginário internacional sobre o Mercosul, tal como se afigura nos excertos jornalísticos desta nossa análise preliminar⁶, parte, por um lado, de uma visão incompleta e distorcida a respeito dos demais países que compõem o bloco quando considerados individualmente. Ressalta as características negativas desses países, identificados por crises políticas e econômicas, corrupção, pobreza. Note-se que tais são também os atributos que recebem das agências internacionais que alimentam boa parte do noticiário jornalístico internacional na América Latina. Do lado brasileiro, ressalta também que o acordo de união aduaneira foi mais uma vitória do Plano Real que, ao sinalizar com um período de crescimento e estabilização cambial no Brasil, teria “virado a cabeça dos argentinos”. “Antes, éramos vistos como um elefante desastrado” (Folha, 31/12/94).

“Por que o Brasil quis uma união aduaneira?” perguntou um jornalista. “Foi em grande parte como contrapartida ao encantamento e excitação que a proposta do Nafta⁷ provocava. (...)”, disse Winston Fritsch, que ajudou a negociar o acordo. Segundo ele, “era uma espécie de vestibular para você ser aprovado no Consenso de Washington. Isso tudo passou. Hoje em dia os países do Mercosul não precisam mais de um selo de qualidade vindo de fora para dentro” (Folha, 31/12/94).

Um artigo de Rubens Barbosa, embaixador brasileiro em Londres na época, serve de contraponto aos arroubos jornalísticos: “A agenda do Mercosul para 1995 é bastante carregada e de grande significação para o setor privado, o principal motor hoje do processo de integração regional”, diz ele.

Ainda no mesmo artigo, o embaixador passa, em seguida, a mencionar os principais desafios em áreas “sensíveis” da economia como a automotriz, do açúcar, têxteis. Além disso, um regulamento comum para práticas desleais de comércio, defesa da concorrência, negociações preferenciais com parceiros comerciais do subcontinente latino-americano, criação de uma área de livre movimentação de capitais e um programa de integração na área de infraestrutura de transportes, comunicações, eletricidade, combustíveis.

Por outro lado, não esconde o fato de que uma aproximação com os países-membros aparece como estratégica contra a dominação econômico-financeira e o imperialismo cultural das potências hegemônicas. A União Européia e o Nafta manifestaram seu interesse, logo na primeira hora do Mercosul, em estabelecer uma área de livre comércio mais ampla abarcando os quatro mosqueteiros do Cone Sul. A despeito do que disse Fritsch mais acima sobre o Nafta, ainda são essas referências externas que prevalecem na instituição imaginária do bloco.

Nesse sentido, uma interpretação protecionista acaba por configurar positivamente a maior parte das ações governamentais dos quatro países nos campos social, político e econômico. São tidas como respostas a

⁶ *Análise preliminar baseada no jornal Folha de S.Paulo de 31 de dezembro de 1994. Sob o selo “Mercosul”, a edição do primeiro caderno “Brasil” inclui textos de Clóvis Rossi (da Reportagem local), de João Batista Natali e João Carlos de Oliveira (enviados especiais a Brasília e responsáveis pela entrevista a Winston Fritsch, do Ministério da Fazenda, e ao embaixador José Artur Denot Medeiros). Uma extensão inicial desta nossa pesquisa abarca outros veículos da grande imprensa brasileira e argentina, e avança para um estudo comparado com materiais jornalísticos publicados em períodos mais recentes.*

⁷ *O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta em inglês) firmado no começo dos anos 80, recebeu a adesão do México em 1993, entrando em vigor no ano seguinte, quando o país viveu uma crise cambial sem precedentes. Recuperado, tornou-se o maior PIB da América Latina, deixando o Brasil em segundo lugar.*

pressões que vêm de fora da região do bloco. E acabam atraindo vizinhos que partilham de problemas semelhantes. Nesse aspecto, cabe ressaltar o papel de Chile, Peru e Bolívia, formalmente com o estatuto de “membros associados” ao Mercosul. Especialmente os chilenos perderiam proteção aos produtos primários, o que faria necessários alguns ajustes. “O Chile será membro pleno do Mercosul. A geografia é um condicionante diabólico”, afirmou Winston Fritsch, um dos negociadores do acordo pelo lado brasileiro.

Quanto mais bem sucedidas as estratégias de integração, mais despertam o interesse de novos associados. O México, por exemplo, ainda que amarrado ao Nafta junto com Canadá e Estados Unidos, vem constantemente acenando com o interesse de agregar-se ao bloco mercosulino como forma de atenuar sua dependência do poderoso parceiro.

4. A desautomatização de imaginários jornalísticos sobre o Mercosul

Na teoria do imaginário de Castoriadis, o conceito de magma é “o modo de ser do que se dá, antes da imposição da lógica identitária ou conjuntista. É também o que se dá nesse modo de ser. Na perspectiva da práxis, o fazer está sempre em relação com um saber, seja ele inconsciente ou técnico. E o saber cristaliza-se nas organizações e nas instituições.

Castoriadis cita o exemplo do médico e do educador, aos quais não se pode exigir “uma teoria completa de sua atividade” antes de exercê-la. É no decorrer da própria atividade que se estabelece um sa-

“Assim como o cientista, o jornalista também procede a partir de uma espécie de ‘marco de ignorância’, embora não trabalhe cegamente.”

ber construído na prática, dependendo de como se configure a relação entre educador e aprendiz, entre médico e paciente.

Da mesma maneira, o jornalista que se embrenha numa reportagem não sabe de antemão o que irá encontrar, os rumos que a investigação poderá tomar. Seu trabalho constrói-se no processo de apuração e “chegagem” dos fatos. Os parti-pris, os pré-conceitos, as teorias prévias muitas vezes só atrapalham, porque conduzem o profissional a uma atitude investigativa que só confirmará e reforçará esses modelos.

Assim como o cientista, o jornalista também procede a partir de uma espécie de “marco de ignorância”, embora não trabalhe cegamente. Como para o pedagogo e o clínico, a disposição para rever significações é essencial em sua atividade. Falar de técnicas jornalísticas não deve fazer supor que o jornalista domina recursos ou meios racionais que levem a fins necessariamente previsíveis.

A atividade jornalística inscreve-se, portanto, no campo da práxis, que Castoriadis define como um tipo de fazer no qual o “outro” é visto como agente essencial da própria autonomia. Ou seja, ao contrário da técnica, a práxis “jamais pode reduzir a escolha de sua maneira de operar a um simples cálculo” (1975:95).

A práxis é diferente da aplicação de um saber preliminar, ela se apóia sobre um saber provisório e fragmentário. A teoria emerge da própria atividade. Em ambientes fortemente institucionalizados como os da família, escola, igreja e trabalho, onde os modelos sociais estão fortemente consolidados, há pouca margem para revisão de significações e desautomatização de percepções

sobre o imaginário internacional.

A formação do jornalista requer treinamento para esse tipo de desautomação. Segundo Castoriadis, o objeto da práxis é o novo, “o que não se deixa reduzir ao simples decalque materializado de uma ordem racional pré-constituída” (p.96).

O imaginário que funda a geopolítica mercosulina constrói-se na ilusão jornalística de controle de um todo. Segundo Castoriadis, “se a verdade não está na coisa, mas na relação, e se não existem fronteiras na relação, então necessariamente o verdadeiro é o todo”. Esse “todo” é, contudo, permanentemente atualizado, revisto, recomposto em outras bases, reidentificado, resignificado, de tal forma que nunca seja o mesmo “todo” a se reapresentar. O todo da práxis, medido à distância, é sempre um todo inconcluso.

“Daqui a quanto tempo um brasileiro poderá ter um plano de previdência no Uruguai?” Este é um exemplo de pergunta-chave para que o público não-especializado em temas macro-econômicos possa se sentir afetado pelo Mercosul e fazendo parte do projeto. Foi desfechada por jornalistas experientes durante uma entrevista à *Folha de S. Paulo* dada por Winston Fritsch e José Artur Denot Medeiros, autoridades que negociaram a integração. Resposta obtida: “Na próxima geração. E é uma resposta para dar alguma”.

O diálogo dos jornalistas com as autoridades serve para esclarecer que uma livre circulação de pessoas, bens e mercadorias entre os quatro países não estava nem nunca estivera em questão. Mas, ainda assim, os enviados insistem: “O livre trânsito de recursos vai preceder o livre trânsito

“os jornalistas procuram explorar os aspectos em que uma consolidação do bloco poderia afetar o cidadão-leitor individualmente, o seu cotidiano.”

de pessoas? “Nessa pergunta projeta-se a possibilidade futura de cidadãos dos quatro países trabalharem indistintamente em qualquer uma das nações integrantes do bloco, como na União Européia. A resposta de Fritsch: “Provavelmente sim. As negociações, até agora, centraram-se muito na área comercial. Mas vamos precisar avançar em outras áreas.”

“E os impostos?”, perguntam os jornalistas. “A área comercial é como um elefante. Se a gente erra, eles começam a fazer barulho, a ranger.”, responde Fritsch. Mas, segundo ele, “Dá tempo para consertar.” Mais adiante, recorre de novo à metáfora zoológica: “Ativo (financeiro), doutor, é que nem coelho. São milhões que migram. Um erro e a Bolsa pode desaparecer em um ano”.

A entrevista revela alguns dos artificios da imprensa para ganhar a atenção do leitor comum para o tema do Mercosul. Embora a integração estivesse sendo, naquele momento, pensada estritamente no plano comercial, os jornalistas procuram explorar os aspectos em que uma consolidação do bloco poderia afetar o cidadão-leitor individualmente, o seu cotidiano. O próprio entrevistado, ao recorrer a imagens de fácil compreensão popular, também se acumplia no mesmo jogo de linguagem.

Castoriadis rejeita, no entanto, a definição de “imaginário” como invenção, ainda que se trate de um “deslocamento de sentido”, onde “símbolos já disponíveis são investidos de outras significações normais ou canônicas”. Para ele, o imaginário não pode separar-se do real, não pode colocar-se em seu lugar. (p.154) O imaginário opõe-se ao simbólico. Para que o imaginá-

rio não apenas se “exprima”, mas também “exista”, passando do virtual a “qualquer coisa a mais”, deve utilizar o simbólico. Já o simbolismo “pressupõe a capacidade imaginária, a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é.”

Para o autor, a partir do imaginário “crescem as articulações últimas que a sociedade impõe ao mundo, a si mesma e a suas necessidades, os esquemas organizadores que são condição de representabilidade de tudo o que essa sociedade pode dar-se. Mas esses esquemas não existem sob forma de representações e não são acessíveis através de análises” (p.173). Como compreender o Mercosul sem tomar o exemplo europeu como referência?

5. Mundo social e sistema de significações imaginárias sobre o Mercosul

Ao rejeitar uma visão do Mercosul visto como um todo – um bloco econômico – e visto de fora por um cidadão-leitor cujo cotidiano não é afetado de perto por esse todo, o jornalista logra desautomatizar também as percepções do seu público. De repente, já conseguimos ante-ver nossa “latinoamericanidad” circulando toda europeizada. Por analogia, já nos adiantamos imaginariamente desfrutando de uma moeda comum e, quem sabe, mais adiante, de uma política comum de segurança internacional dentro da América Latina.

As significações imaginárias sociais, no entanto, dirá Castoriadis, “são de uma outra natureza, para a qual é inútil procurar uma analogia nos outros domínios da nossa experiência”. A existência de qualquer sociedade depende de como organiza a pro-

dução de sua vida material e sua reprodução enquanto sociedade, mas, ele salienta, “nem uma nem outra dessas organizações são ou podem ser ditadas inevitavelmente por leis naturais ou por considerações racionais”

“No que assim aparece como margem de indeterminação, situa-se o que é essencial do ponto de vista da história (...) – a saber, que o mundo total dado a esta sociedade é captado de uma maneira determinada (...), que são operadas distinções correlativas ao que vale e ao que não vale (...), entre o que deve e o que não deve ser feito” (p.175-6).

O mundo social é constituído e articulado em função de um sistema de significações imaginárias. Uma vez constituídas, elas existem como imaginário efetivo e tornam-se referência para compreendermos as ‘escolhas’ de cada simbolismo institucional.

A visão moderna da instituição é eufemística ou metonímica, apresentando como verdade uma projeção sobre o conjunto da história que é gerada a partir mais de um desejo (de como a sociedade gostaria que as instituições fossem) do que da “realidade efetiva”. Cabe à sociedade definir seu lugar no mundo, suas necessidades e desejos, sua identidade. Mas isso só se dá pelo fazer de cada coletividade. O fazer linguístico, através da nomeação, diz quem somos em relação a um “nós” e a um “outro”.

A identificação de uma nação a partir de uma “história comum”, diz Castoriadis, baseia-se na maior parte em mitos que “servem de suporte a esta identificação coletivizante.” Na verdade, prossegue, “cada sociedade elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive, tentando

“O mundo social é constituído e articulado em função de um sistema de significações imaginárias.”

fazer um conjunto significativo que dê lugar aos objetos e seres que importam para a vida da coletividade, que dê lugar a esta própria coletividade e, finalmente, uma certa ‘ordem do mundo’.

“Esta imagem, essa visão mais ou menos estruturada do conjunto da experiência disponível” organiza-se em significações que não dependem do racional, mas do imaginário. “A imagem que cada sociedade faz de si comporta objetos e atos que encarnam o que para ela tem sentido e valor”. Um sistema de significações imaginárias valoriza e desvaloriza, estrutura e desestrutura, hierarquiza e desorganiza esse conjunto de objetos e atos.

Uma outra entrevista na edição de 31/12/94 da *Folha*, reproduzida do jornal argentino *Clarín* na mesma data⁸, abre com a seguinte afirmação: “O cidadão vai sentir os efeitos do Mercosul de forma indireta. O acordo vai ampliar a oferta de produtos, reduzir seus preços e gerar novos investimentos”. O jornal argentino escolhe falar aos cidadãos já de partida. Também opta por ouvir pontos de vista discordantes sobre o tema. O entrevistado agora é o subsecretário de política econômica do Ministério da Economia da Argentina, Alejandro Mayoral. Ele discorda de outro entrevistado, Jorge Campbell, secretário de relações internacionais do Ministério das Relações Exteriores argentino, que subestima essas vantagens comparativas e enfatiza a competitividade como o aspecto mais importante na definição do comércio mercosulino.

Castoriadis cita Marx, por exemplo, ao dizer que “uma máquina em si mesma não é mais capital do que o ouro em si mesmo

é dinheiro”. Na verdade, acrescenta, “para que o ouro se torne dinheiro não basta que ele possua as qualidades ‘naturais’ enumeradas pelos manuais de economia que o teriam ‘predestinado’ para este papel”. Assim, não bastam a proximidade geográfica e a afinidade histórica para fazer um bloco geopolítico.

Também não bastam, segundo o diplomata argentino Jorge Campbell, as vantagens instituídas pela legislação aduaneira para dinamizar o comércio entre Argentina e Brasil. “(...) compramos e vendemos praticamente as mesmas coisas”, diz, “o que vai se aprofundar é o chamado comércio intra-setorial”. E acrescenta: “haverá empresas argentinas e brasileiras de um mesmo setor atuando com sucesso”. Conclui então que serão as vantagens competitivas e não as comparativas que irão dominar a cena mercosulina.

É necessária a inserção dos quatro países num processo de desenvolvimento histórico, numa rede de relações sócio-econômicas que aprofunde os vínculos, promova convergências, harmonize estruturas. Tudo isso, entretanto, nos termos de Castoriadis, só resultaria instituído a partir de uma práxis fundada no imaginário internacional. Já dizia Marx: “A máquina só adquire sua significação como capital a partir de sua inserção na rede que institui o capitalismo” (1975 : 401). A integração mercosulina começa no campo da Geopolítica da Cultura. Ainda que também através de um imaginário internacional que, ao instituir fluxos midiáticos de notícias sobre o bloco, oriente nosso olhar para uma visão idílica e europeizada de integração geopolítica. Oriente nosso olhar para uma geopolítica fora de lugar⁹.

⁸ A entrevistadora é a jornalista Eleonora Gosman, do *Clarín*, e o título da matéria é “Argentinos prevêm mais investimentos – uma desvalorização cambial no Brasil só para ganhar mercado será compensada”.

Sobre o texto

Trabalho apresentado no I Colóquio Transfronteiras Sul de Ciências da Comunicação: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai realizado na PUC-RS em 01/09/2004.

Sobre a autora

Margarethe Born Steinberger-Elias é coordenadora do Programa de Pós-graduação lato sensu em Comunicação Jornalística da PUC-SP. Atuou como correspondente da Folha de S. Paulo em Berlim após a queda do Muro, cobriu a guerra na ex-Iugoslávia e o processo de reunificação das duas Alemanhas. Lecionou Comunicação e Lingüística durante quatro anos no Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Livre de Berlim.

Bibliografia

- ASTORGA, Gabriela de la Peña. “La visión del “otro”: una propuesta del concepto de imaginário internacional en la investigación de la comunicación”, **Revista Hiper-textos**, Instituto Tecnológico de Monterrey, Monterrey, México, n. 1, p. 17, jul./dez. 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- STEINBERGER-ELIAS, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2005.

⁹ Usei o conceito em Steinberger (2003) para ilustrar a histórica cisão latino-americana entre práticas e discursos e por aproximação à expressão “idéias fora de lugar” do teórico da Literatura Jorge Schwarz em seu conhecido estudo sobre Machado de Assis intitulado *Um mestre na periferia do capital*.